

O Trabalho em Tempos Neoliberais

Luiz Alberto Boing

BOING, Luiz Alberto. "O Trabalho em Tempos neoliberais". in CENTRO PEDAGÓGICO PEDRO ARRUIPE. www.pedroarrupe.com.br.

1. Introdução

As reflexões que se seguem são uma tentativa de levantar questões teóricas para a discussão de um problema que venho pesquisando mais demoradamente: a convivência entre profissionais e voluntários dentro do estabelecimento de ensino.

A partir de uma pesquisa sobre a presença de voluntários no projeto *Amigos da Escola*, criado em 1999 no conjunto de preparativos da Rede Globo para a comemoração dos 500 anos de chegada dos portugueses no Brasil. Elegendo a Educação como foco central do Projeto Brasil 500 Anos, a Rede Globo buscou parceria com a Comunidade Solidária, projeto oficial do governo federal, para desenvolver uma campanha que incentivasse a participação da comunidade nas escolas públicas. A elaboração do projeto contou com a contribuição de mais de 60 mil escolas públicas com Associação de Pais e Mestres. Objetivando fortalecer ações já realizadas pelas escolas e iniciar novas ações através do trabalho voluntário, o projeto *Amigos da Escola* foi se estruturando e ganhando notoriedade nacional. A campanha foi deflagrada com a veiculação simultânea nas 113 emissoras da Rede Globo e Canal Futura. Hoje conta com mais de 26 mil escolas participantes, atingindo cerca de 17 milhões de alunos. Todo o trabalho vem endossado pelas secretarias municipais e estaduais de educação.

A questão do voluntariado põe em pauta dois assuntos: trabalho e profissão. Se considerarmos a abrangência do projeto *Amigos da Escola* e as razões que possam ter levado uma empresa que, no Brasil, é identificada como grande propagandista da globalização neoliberal, como o próprio nome da rede explicita, duas outras questões podem ser colocadas: o emprego e a profissão docentes.

Assim, começo recuperando a filosofia crítica como uma possibilidade de encaminhamento teórico para a compreensão do trabalho dos professores no estabelecimento de ensino. A partir de pensadores críticos, especialmente Frigotto, procuro olhar o trabalho como uma perspectiva privilegiada de análise da realidade, o que me leva a aprofundar a dimensão ontológica do trabalho – humana e socialmente falando.

Termino abordando o trabalho em meio a um contexto de desemprego, encontrando aí uma disposição para encaminhar teoricamente a convivência entre profissionais e voluntários dentro do projeto *Amigos da Escola*.

Mas apenas aponto uma perspectiva, uma vez que tal estudo ainda é bastante incipiente e carece de maior levantamento empírico.

2. A morte da filosofia da rebelião?

A idéia da morte da filosofia da rebelião é colocada por Peters (2000) quando fala da mudança do pós-estruturalismo para o neoliberalismo no pensamento francês. Para o autor, uma nova pauta de discussão vem crescendo na filosofia, superando as filosofias de esquerda, bem a gosto do novo liberalismo que procura se impor nos dias atuais, como explica:

Esse liberalismo racional é ferozmente antinietzscheano; seu alvo polêmico é tanto o estruturalismo (Louis Althusser, Jacques Lacan, Claude Lévi-Strauss) quanto o pós-estruturalismo (Michel Foucault, Jacques Derrida, Jean-François Lyotard, Gilles Deleuze e Félix Guattari). Segundo essa perspectiva, agora que a “filosofia da rebelião” está morta, ou ao menos em seu crepúsculo, podemos antecipar um renascimento do humanismo, do liberalismo, do individualismo e da democracia.¹

Acredito que possamos utilizar a mesma perspectiva para os estudos educacionais. Não procurei aprofundar uma pesquisa bibliográfica sobre a questão, mas, até onde pude ir, constatei que a perspectiva crítica, especialmente a marxista, tem sumido das referências nos textos mais recentes sobre a educação. Resta a sensação de que qualquer resistência à lógica neoliberal acaba sendo a negação dos avanços técnico-científicos e que não há outra alternativa possível ao processo de globalização que está acontecendo.

A década de 1990 marcou a história da educação na América Latina como um período de reformas educacionais. Ditadas pelo Banco Mundial e pelo FMI, como mostra Corrêa (2000: p. 46), tais reformas procuraram ajustar os sistemas educacionais à globalização neoliberal. Promoveram o esvaziamento do papel político do Estado, transferindo a educação da esfera dos direitos para as regras do mercado. Esse viés economicista tem como principal preocupação a melhoria da qualidade do ensino como condição para o aumento da competitividade econômica.

¹ PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e Filosofia da Diferença*, p. 79.

As reformas do Ministério da Educação, aqui no Brasil, não fugiram à regra. O debate educacional foi se restringindo a uma reforma do sistema escolar. Com base em esquemas cada vez mais sofisticados de avaliação, a eficácia do ensino passou a ser mensurada e, em conseqüência, a qualidade do trabalho docente. Aliás, além de apropriar-se indevidamente de inúmeras bandeiras dos professores, o novo discurso oficial passou a jogar para a esfera do trabalho pessoal do professor parte significativa da responsabilidade do sucesso escolar.² A participação dos professores na elaboração do projeto político-pedagógico, para citar um exemplo, há muito vinha sendo uma reivindicação das organizações docentes. Não por mera coincidência, tal reivindicação foi alcançada quando as reformas já haviam esvaziado o trabalho do professor dos conteúdos políticos que antes sustentavam tal bandeira.

Neste estado de coisas, o que significa ressuscitar os discursos filosóficos críticos? Existe ainda alguma possibilidade dos professores se rebelarem contra a lógica neoliberal? O estabelecimento de ensino como palco privilegiado de atuação profissional do professor, como se verifica na descrição da atual LDB sobre os deveres dos docentes, comporta a construção de alternativas políticas mais amplas para a educação?

Pensando na profissionalização docente a partir do estabelecimento de ensino, as perspectivas críticas, especialmente aquelas com alguma raiz marxista, podem ampliar a discussão das competências em favor dos professores. Sem a resistência crítica, facilmente se transforma as competências e habilidades, que dominam os discursos de formação continuada de professores nos últimos anos, num repertório de saberes e fazeres técnico-científicos. O que está em jogo na profissão docente, se é que podemos falar de uma profissão no sentido tradicional do termo, é muito mais do que competência para alcançar resultados propostos por reformas de influência e financiamento duvidosos. O próprio trabalho docente, a meu ver, pode ser a chave para a recuperação da capacidade transformadora da educação e sua possibilidade de autonomia.

3. O trabalho como perspectiva de análise

² O art. 14 da LDB nº 9.394/96 diz que são incumbências dos docentes: participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; e colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Kuenzer (2002: p.55), coloca o problema teórico-metodológico da relação trabalho-educação a partir das pesquisas do GT Trabalho-Educação da Anped. A autora mostra a evolução do grupo, que começou como GT Trabalho e Educação na década de 80 com a preocupação de compreender a pedagogia capitalista e, em seus espaços de contradição, propor uma alternativa socialista. Diante das críticas aos resultados, que se apresentavam muito gerais e vagos, o GT, ao final dos anos 80, acabou redirecionando a pesquisa para a busca de uma teoria educacional que tivesse como base o mundo do trabalho, inclusive mudando o nome do GT para Trabalho-Educação, com hífen, como forma de explicitar um enfoque mais voltado para a escola.

Deixando de lado qualquer pretensão de alcançar uma teoria educacional, gostaria de trazer o trabalho como possibilidade de análise da atuação dos docentes, ou seja, procurar transpor para o exercício da docência as relações existentes entre as esferas da produção social e a educação. Vejo isso como resgate de uma perspectiva que já foi modismo há alguns anos atrás, mas que acabou caindo em desuso a partir da sedução das análises associadas às vertentes pós-modernistas em educação, onde quase tudo acaba sendo resolvido pela lingüística – se couber aqui uma opinião pessoal.

Nas aulas deste curso fui encontrando em Frigotto alguém que, na melhor tradição crítica, ainda tem no trabalho e sua relação com o capital um eixo muito fértil para análise do que vem ocorrendo com a educação e os professores. Mas como afirmar esta perspectiva em tempos neoliberais, onde o trabalho já não ocupa a centralidade da vida social?

Em *Educação e a Crise do Capitalismo Real*, escrito em 1995, Frigotto já dedicava um capítulo inteiro para tratar do fim da sociedade do trabalho e da não centralidade do trabalho na vida humana. Discute com três autores que tratam, cada um a seu modo, da perda da centralidade do trabalho como categoria de análise sociológica: Claus Offe, Adam Schaff e Robert Kurz. Defendem as teses, respectivamente, da perda da centralidade do trabalho na vida social, do fim do trabalho abstrato na sociedade informática e do colapso da modernização que coloca o trabalho abstrato em crise. Em suma, dizem que com a nova revolução tecnológica o trabalho vai se diversificando em novas formas cada vez mais abstratas, não podendo continuar a ser tomado, conseqüentemente, como uma categoria unívoca.³ A crítica que Frigotto faz aos três é

³ Cf. FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*, pp.96-107, onde o autor discute as idéias de cada um dos autores.

que se prendem demasiadamente à realidade européia e carecem de densidade analítica sobre os fenômenos observados. Sobre Offe, diz que o seu problema é ter abandonado a perspectiva ontológica do trabalho, caindo no sofisma de concluir, a partir do problema do trabalho enquanto emprego, tarefa e ocupação, que haveria uma crise do trabalho em geral (Frigotto, 1995c: p.121). Praticamente a mesma ressalva faz a Schaff, que, segundo ele, reduz o trabalho à dimensão do trabalho abstrato dentro das relações capitalistas, não o percebendo como atividade constitutiva do próprio ser humano (Frigotto, 1995c: p.121). Os problemas que Frigotto vê em Kurz são a sua visão mecanicista da revolução tecnológica, que acabaria com o capitalismo, e sua premissa de estagnação dos sujeitos sociais, como se nenhum movimento pudesse fazer frente à perda de sentido do trabalho (Frigotto, 1995c: p.129).

O desmonte que Frigotto faz das lógicas que anunciam a perda da centralidade do trabalho nas análises sociais chama a atenção para a carga ideológica que acompanha esses raciocínios. Empiricamente, parecem descrever a realidade dinâmica dos tempos atuais, mas não se sustentam diante de uma análise mais aprofundada da questão. Vejo que o caso dos três autores acima é paradigmático para explicar muitas outras teorias que estão sendo propostas nos meios educacionais. Discursos acerca do fracasso do socialismo real, o fim da história, a sociedade do conhecimento e o desaparecimento do proletariado para o surgimento do cognitariado, têm uma sedução capaz de metamorfosear as tradicionais classificações das teorias, como diz Frigotto:

São, todavia, também marcos para intelectuais de tradição de esquerda, que emigram de suas posições teóricas e políticas para as teses do pós-modernismo e vaticinam: o fim das classes sociais, dos paradigmas calcados na razão, da utopia de uma mudança estrutural das relações capitalistas, o fim do trabalho como categoria fundamental para entender a produção do ser humano como espécie e como evolução histórica.⁴

A educação não tem passado ilesa por esse jogo de explicações. Recuperar a centralidade real do eixo trabalho-capital, mais do que tentar reavivar uma chama que historicamente já mobilizou parte significativa do professorado, é condição para que o trabalho docente encontre seu fundamento na realidade e não se perca numa gama de discursos que se apropriam de determinados conceitos para esvaziar a sua capacidade

⁴ FRIGOTTO, Gaudêncio. *Os Delírios da Razão: Crise do Capitalismo e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional*. In GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da Exclusão (crítica ao neoliberalismo em educação)*, p. 78.

transformadora, afastando os professores da possibilidade de construção de uma profissão reconhecida e valorizada socialmente.

4. O sentido ontológico do trabalho

Pode-se falar de uma ontologia do trabalho em dois sentidos: humana e social. Frigotto faz inúmeras referências ao trabalho como constituinte do ser humano. Para abordar a dimensão social – a segunda acepção do termo ontológico que vejo associada ao trabalho – utilizarei um trabalho de Antunes, no capítulo em que fala da polêmica entre Lukács e Habermas sobre a centralidade do trabalho.

Quando Frigotto propõe o seu modelo de formação humana unitária e politécnica,⁵ é possível identificar uma raiz humanista no seu pensamento, negociável, pelo menos conceitualmente, com a tradição judaico-cristã de humanismo e do trabalho como constituinte do ser humano. No entanto, pelas bases que sustentam a sua argumentação, percebe-se que o trabalho está no centro da pessoa humana por conta de sua materialidade histórica.

Para entender um pouco mais as raízes da ontologia humana do trabalho em Frigotto, recorro a um clássico que foi referência à sua matriz crítica: Kosik, que diz:

O espanto que se tem ao constatar que desde os tempos de Marx a problemática do trabalho não se desenvolveu filosoficamente só assume o seu verdadeiro sentido depois de se ter chegado à constatação de que a filosofia materialista é também a *última* – vale dizer, não ultrapassada historicamente – *ontologia do homem*. O trabalho, na sua essência e generalidade, não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que, de retorno, exerce uma influência sobre a sua psique, o seu *habitus* e o seu pensamento, isto é, sobre esferas parciais do ser humano. O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especialidade.⁶

Como já mencionei quando da apresentação das argumentações de Frigotto contra aqueles que sustentam a descentralidade do trabalho na vida humana, ao falar de uma ontologia humana do trabalho não se pode reduzir o trabalho ao mero fazer ou emprego.

⁵ Ver a proposta de formação humana unitária e politécnica no artigo ***Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática***, publicado em dois livros: Frigotto: 1995c e Frigotto: 2002, com algumas diferenças. Como, aqui, me interessa o trabalho sob a perspectiva de atividade docente e não a formação para o mesmo, deixo apenas a sua referência.

⁶ KOSIK, Karel. ***Dialética do Concreto***, p. 179.

A mesma materialidade do trabalho está no centro das argumentações de Antunes (2003: p.146ss.), que, ultrapassando a dimensão subjetiva do ser humano, procura mostrar como o trabalho constitui também a sociedade. O autor mostra que Habermas substitui a centralidade do trabalho na sociedade pela centralidade da esfera comunicacional ou da intersubjetividade. Depois de discorrer, em Habermas, sobre o paradigma da ação comunicativa e da esfera da intersubjetividade, sobre o desacoplamento entre sistema e mundo da vida, sobre a colonização do mundo da vida e sobre a crítica habermasiana à teoria do valor, Antunes mostra que a teleologia presente no trabalho humano é a primeira possibilidade de interação social que foge à esfera da causalidade. A partir daí faz a crítica à teoria de Habermas relativamente ao trabalho:

No trabalho o ser se expõe como subjetividade (pelo ato teleológico, pela busca de finalidades) que cria e responde ao mundo causal. Mas se o trabalho tem o sentido de momento predominante, a linguagem e a sociabilidade, complexos fundamentais do ser social, estão intimamente relacionadas a ele, e como momentos da práxis social esses complexos não podem ser separados e colocados em disjunção. Quando Habermas transcende e transfere a subjetividade e o momento da intersubjetividade para o mundo da vida, como universo diferenciado e separado do sistema, o liame ontologicamente indissolúvel se rompe na sua construção analítica.⁷

Em suma, para Habermas, é a comunicação intersubjetiva que constitui o social. Mas a realidade material mostra a fragilidade desta proposição e acredito que Antunes mostra claramente que o problema de Habermas reside justamente na sua transposição da subjetividade e intersubjetividade para o mundo da vida real. Antunes apresenta a *ontologia do ser social* de Lukács para preencher esta lacuna que surge na disjunção operada por Habermas. Segundo Antunes (2003: p. 161ss.), esse pensador consegue desenvolver uma articulação fértil entre subjetividade e objetividade, colocando já a subjetividade como um momento constitutivo da práxis social, numa ligação tão materialmente sólida que tornaria inconcebível qualquer tentativa de separação entre a esfera do ser e o trabalho que este realiza.

5. O trabalho na crise de empregos

Fica claro, a partir de tudo o que foi colocado sobre a dimensão ontológica do trabalho, que este não se confunde com a idéia de emprego. Mas qual o impacto que o

⁷ ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*, p. 157.

desemprego pode ter sobre a idéia de trabalho, uma vez que a confusão é tão recorrente quanto as falas sobre a perda de postos de trabalho na globalização neoliberal?

Ianni (2001: pp. 121-147) estabelece a conexão entre o mundo do trabalho atual e o desenvolvimento do capital. A dinâmica do mundo do trabalho, para o autor, segue o jogo das forças produtivas globais no âmbito do capitalismo, o qual forma as condições e possibilidades de consciência da realidade social. Assim, não é possível dissociar trabalho e capital. A consciência dessa interconexão permite perceber: a) o trabalho, tomado em escala global, como força produtiva fundamental da reprodução ampliada do capital; b) as mudanças nas organizações do trabalho (do fordismo ao toyotismo, por exemplo) como flexibilizações decorrentes da globalização do capital; c) o crescimento, entre os trabalhadores, da diversificação, desigualdades e tensões envolvendo raça, sexo e idade; d) a percepção de diferentes escalas que o capital estabelece entre trabalhadores nacionais e globais; e, por último, e) a globalização do capital implicada no desenvolvimento da cultura em escala mundial.

Gosto da idéia de um *metabolismo social do capital* em Mészáros e da distinção que estabelece entre *capital e capitalismo*.⁸ Capitalismo para ele, é uma das formas de manifestação possível do capital. Em qualquer sociedade, capitalista ou não, o capital subordina a si todas as funções vitais, entre elas o trabalho – uma hierarquização tão profunda que ele chama de metabólica. Dessa forma, o problema do desemprego é inerente ao próprio capital, pois o *exército de reserva* sempre foi ponto a favor da exploração do capital. A diferença da fase atual de desenvolvimento do capital, globalizante, é que a mundialização tem puxado para baixo a *taxa diferencial de exploração*, ou seja, as diferenças salariais das massas trabalhadores estão cada vez menores nas diferentes partes do globo, embora ainda ajam alguns nichos em que a exploração ainda consegue muito maior. Conseqüentemente, uma das formas de manutenção dos ganhos de capital é a supressão de postos de trabalho.

Para Rifkin (2001) o declínio dos níveis de emprego está intimamente ligado ao incremento tecnológico na organização do trabalho. O autor chega a anunciar que, depois da substituição de empregados por *software*, haveria um mundo sem trabalhadores, o que tornaria o desemprego uma realidade mundial, também dos países desenvolvidos.

⁸ No livro *O Século XXI: Socialismo ou Barbarie?*, Mészáros faz referência ao metabolismo social do capital e à distinção entre capitalismo e capital, mas não explica os termos. A explicação que segue tomei de ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*, mais especificamente da nota nº 5 que se encontra na p. 23.

Por isso, as novas tecnologias da informação e comunicação são prenúncio de uma reorganização do próprio mundo do trabalho, afetando sensivelmente a profissionalização em tempos de hegemonia neoliberal. Já não basta se preparar para o emprego, mas para a empregabilidade, que, segundo Frigotto (2002), está relacionada ao desenvolvimento de competências que permitam aos trabalhadores trabalhar, independentemente da disponibilidade de empregos.

Logicamente, a alternativa da empregabilidade é mais complexa do que a sintetizo aqui. É uma dentre muitas alternativas que se apresentam, as quais nem apresento por julgar que não mantêm a conexão entre capital e trabalho, o que defendi durante todo o texto.

Neste contexto de alternativas ao desemprego que conseguem preservar o eixo capital-trabalho se insere a sugestão de Rifkin (2001: p.266ss.). Constatando os resultados que o terceiro setor tem alcançado nos EUA, especialmente naqueles ambientes em que o estado foi omissor, o autor propõe o voluntariado como uma alternativa de trabalho. Aqui, a meu ver, o problema do trabalho se liga às conquistas dos direitos sociais que estão no bojo do conceito de cidadania.

Na interseção do problema do trabalho/emprego com a idéia de cidadania, acredito que seja possível lançar algumas luzes sobre a convivência entre profissionais e voluntários no estabelecimento de ensino – objeto de estudo que pretendo desenvolver para a minha tese de doutoramento.

6. Conclusão

As leituras que tive a oportunidade de fazer para abordar este tema abriram portas para um melhor enfoque no estudo sobre o projeto *Amigos da Escola*. Até aqui, trazia duas sustentações teóricas: de um lado, a profissionalização docente, para entender o problema dos professores no estabelecimento de ensino; de outro, as conquistas dos direitos sociais, para explicar, até certo ponto, a entrada dos voluntários. Resgatar o eixo trabalho-capital está abrindo um horizonte explicativo de ambos. A partir do que tenho

visto empiricamente e estudado, ainda não tenho opinião formada sobre a convivência entre profissionais e voluntários – e nem sei se em algum momento será necessário um posicionamento mais claro a favor ou contra tal projeto – mas acredito que algumas perspectivas teóricas já começam a se desenhar.

A relação capital-trabalho é a materialidade sobre a qual se constrói todo o trabalho docente e voluntário. Vejo que esta perspectiva está fora daquela comumente chamada de *mercado de trabalho*. Aliás, transformar o trabalho em mercadoria, se não for negar, no mínimo é empobrecer a dimensão ontológica – humana e social – do trabalho, como discorreremos neste texto.

7. Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho (ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho)**, 6ª. Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2003.

CORRÊA, Vera. **Globalização e Neoliberalismo: o que isso tem a ver com você, professor?** Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Formação Humana: Ajuste Neoconservador e Alternativa Democrática**. In GENTILLI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação (versões críticas)**, 2ª ed.. Petrópolis: Vozes, 1995a.

_____. **Os Delírios da Razão (crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional)**. In GENTILLI, Pablo (Org.). **Pedagogia da Exclusão (crítica ao neoliberalismo em educação)**. Petrópolis: Vozes, 1995b.

_____. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1995c.

_____. **Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em Conflito**. In FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**, 6ª ed.. Petrópolis: Vozes, 2002.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**, 5ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**, 3ª. Ed.. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, 1985.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Desafios Teórico-metodológicos da Relação Trabalho-
educação e o Papel Social da Escola.** In FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação
e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**, 6ª ed.. Petrópolis: Vozes,
2002.

MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (Lei federal nº 9.394/96).

MÉSZÁROS, I. **O Século XXI: Barbárie ou Socialismo?** São Paulo: Boitempo, 2003.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e Filosofia da Diferença (uma introdução).**
Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos (o declínio inevitável dos níveis dos empregos
e a redução da força global de trabalho).** São Paulo: Pearson Education do Brasil,
2001.